



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ**

### **ESTUDOS PRELIMINARES**

#### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Conforme especificações contidas no Documento de Oficialização da Demanda 0072562 o objeto desta contratação é o curso “Legislação de Pessoal, com enfoque nas competências da área de saúde – Lei nº 8.112/1990, alterada pelas Leis nºs 13.135/2015, 13.328/2016, 13.370/2016 e 13.846/2019”.

#### **2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Aprimorar os conhecimentos em perícia, bem como a repercussão dos laudos emitidos pela Seção em diversos setores do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, capacitando os servidores envolvidos nos processos quanto aos limites dos laudos seus conteúdos e melhor aproveitamento das informações.

Proporcionar o conhecimento dos institutos que se revelam indispensáveis à concessão, manutenção e formação dos processos atinentes aos servidores públicos federais, em especial indispensáveis ao desempenho das atribuições da área de saúde.

#### **3. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO**

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos específicos para a presente contratação constarão do Projeto Básico

#### **5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE SERVIÇOS**

Trata-se da contratação de uma turma do curso com duração de 16 horas.

## **6 LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

O evento foi escolhido por ser um curso na modalidade *on line*, realizado de forma síncrona e com instrutor com expertise na área.

## **7 ESTIMATIVA DE PREÇO OU PREÇO REFERÊNCIA**

O custo da demanda total está estimado em R\$ 19.900,00 (dezenove mil e novecentos reais).

## **8 PARCELAMENTO DOS MATERIAIS**

Não se justifica o parcelamento da contratação, por se tratar de uma única turma do curso.

## **9 JUSTIFICATIVA DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Atualizar o público participante sobre a legislação em vigor relacionada às perícias em servidores públicos federais por demandas de saúde.

## **10 PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

Não será necessária qualquer adequação ambiental para atendimento da demanda, vez que os encontros acontecerão em plataforma virtual.

## **11 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTE**

Não há no âmbito deste Tribunal contratações correlatas e/ou interdependente com o objeto da contratação em referência.

## **12 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A aquisição pretendida é viável, mostra-se possível tecnicamente, fundamentalmente necessária.

## 13 Equipe de Planejamento da Contratação

<b>Integrante Demandante</b>	Kleirton Ibiapina Alves/ Raquel Peixoto NacleEstefan
<b>Integrante Técnico</b>	Francisco Ednardo Carneiro de Almeida/Flávia Helena Bezerra Costa Galvão
<b>Integrante Administrativo</b>	Giovanna Luna Araujo Vinhas

### Mapa do Gerenciamento dos Riscos

<b>Objeto</b>	LEGISLAÇÃO DE PESSOAL, COM ENFOQUE NAS COMPETÊNCIAS DA ÁREA DE SAÚDE – Lei nº 8.112/1990, alterada pelas Leis nºs 13.135/2015, 13.328/2016, 13.370/2016 e 13.846/2019
<b>Fase da Análise</b>	Planejamento da contratação e Seleção do fornecedor

	Risco 1 – Não fazer a Contratação
<b>Probabilidade</b>	( ) Baixa ( ) Média Alta ( x )
<b>Impacto</b>	( ) Baixo ( ) Médio Alto ( x )
<b>Dano</b>	Não cumprimento dos requisitos da Res. 351/2020 CNJ

#### Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco

<b>Ações</b>	Providenciar o Termo de Referência para propiciar a contratação	Responsável: Francisco Ednardo Carneiro de Almeida
--------------	---	--

#### Estratégia de contingência caso o risco se concretize

<b>Ações</b>	Repetir o procedimento de inexigibilidade de licitação, sanando as irregularidades da contratação.	Responsável: Francisco Ednardo Carneiro de Almeida
--------------	--	--



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIA HELENA BEZERRA COSTA GALVAO, TÉCNICA JUDICIÁRIA**, em 08/11/2022, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAQUEL PEIXOTO NACLE ESTEFAN, CHEFE DE SEÇÃO**, em 09/11/2022, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em

[https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&i](https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i)

[d\\_orgao\\_acesso\\_externo=0&cv=0079437&crc=D5DB0715](https://sei.tre-ce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&i_d_orgao_acesso_externo=0&cv=0079437&crc=D5DB0715), informando, caso não preenchido, o código verificador **0079437** e o código CRC **D5DB0715**.